

PESQUISANDO A EDUCAÇÃO NA ESCOLA NORMAL SERGIPENSE

Carmen Regina de Carvalho Pimentel¹

Resumo

Esta pesquisa objetiva reconstituir a história da Escola Normal Sergipense, educandário criado em 1877, o qual educou as mulheres sergipanas e reconstruiu, ainda que parcialmente, a teia de relações que permitiu acessar as práticas e os saberes escolares difundidos na Escola Normal, além de investigar a importância da escola na definição, formação e história da mentalidade das mulheres ali educadas. Para a consecução dos objetivos propostos optamos pelo uso da metodologia baseada nas histórias de vida das ex-alunas da Escola Normal Sergipense no ano de sua formatura, em 1975. Nesta perspectiva teórico-metodológica que segue os princípios da Nova História Cultural e da História da Educação, a abordagem será feita através de pesquisa histórica e bibliográfica. A partir das evidências construir-se-á uma interpretação da Escola Normal, buscando não só a evidente relação da educação com a sociedade, com o campo econômico e político, bem como, com a educação feminina que ansiava por ampliar seus estudos e a sua cultura, elemento essencial para transcender o âmbito doméstico. Os dados serão coletados por meio de pesquisa documental, entrevistas, depoimentos, questionários, história de vida e pesquisas bibliográficas. No entanto, apesar de todos esses contratempos evidenciados em suas trajetórias, concluiu-se que, as ex-normalistas, através do ingresso no magistério, conseguiram ascender na carreira e atingir uma relativa independência social e econômica, desafiando o estereótipo de normalista espera-marido.

Palavras-chave: Escola Normal. Educação da mulher. História da Educação.

RESEARCHING FOR EDUCATION IN NORMAL SCHOOL SERGIPENSE

Abstract

This research objective to reconstitute the School Normal Sergipense's history, educational establishment created in 1877, which educated the sergipanas women and reconstructed, despite partially, the interrelation that had allowed to have access the practical ones and to know pertaining to school to them spread out in the Normal School, beyond investigating the importance of the school in the definition of the formation and history of the mentalities of the women have educated there. For the achievement of the considered objectives we opt to the use of the methodology based on histories of life of the ex-pupils of the School Normal Sergipense in the year of her formation in 1975. In this perspective, theoretical- methodological, that follows the principles of New Cultural History and the History of the Education, the boarding will be made by historical research. From the analysis of the evidences an interpretation of the Normal School will be constructed, searching not only the evident relation of the education with the society, with the economic and politician, as well as, the feminine education that wish extended its studies and its culture, element essential to transcend the domestic scope. The data will be collected by means of documentary research, interviews, depositions, questionnaires, life history and bibliographycal research. However, although all this misfortune evidenced in its trajectories, concluded that, the formerones, by the ingression in the teaching, had obtained to ascend in the career and to reach a relative social and economic independence, defying estereotype of the teacher training wait-husband.

keyword: Normal school. Education of the woman. History of the Education.

Recebido em: Abril de 2008.

Aceito em: Agosto de 2008.

¹ Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação (GPHED). Universidade Federal de Sergipe. UFS. Pedagogia e Letras/Português. Prof^ª. do SEED. E-mail: carmencp2@yahoo.com.br

Introdução

Trazer luz à História da Educação Aracajuana, através da Escola Normal é descrever a trajetória da instituição através de concepções que, de modo geral, foram caracterizadas por diversos fatores que corresponderam aos dispositivos regulares adotados pelas políticas educacionais contemporâneas, pela estrutura didática das práticas escolares, pelos discursos produzidos pela e sobre educação, como também, pelas diversas reformas e reformadores do ensino que atuaram nesse cenário, de modo a definir as diretrizes adotadas pela própria instituição.

Interpretar o passado dessa instituição seria corroborar para o entendimento do processo das relações entre os sujeitos que atuaram numa época de novas experiências históricas e possibilidades culturais. Possibilidades culturais que se insurgiam e começaram a fazer parte da escola.

Nessa época existiam poucos colégios voltados para o ensino secundário, mas, sob o controle da Igreja ou da iniciativa privada do que do Estado. Essas foram surgindo, atendendo mais a população masculina do que a feminina, já que a mulher tinha uma vida restrita ao ambiente doméstico. Esta tinha poucos privilégios, sendo que sua educação se fazia mais nos conventos. “[...] O convento era a única alternativa para as mulheres que quisessem estudar, ou se esquivar dos pais ou maridos indesejáveis [...]” (RIBEIRO, 2000, p. 26).

Novais (1984, p. 19), “[...] coloca que as oportunidades de educação feminina eram muito restritas, pois, até 1811 existiam cinco conventos no Brasil, localizados, um na Bahia, dois no Rio de Janeiro e dois em São Paulo [...]”.

A instrução no Brasil também não pretendia preparar a mulher para funções profissionais, dependendo da região eram consideradas como incompatíveis com a sua capacidade intelectual. Em relação às atividades políticas e aos cálculos, o ideal era apenas um conhecimento mínimo, suficiente para poder conversar no reduto do lar. A mulher tinha como missão principal: a maternidade, a educação moral e cívica de seus filhos e o completo bem-estar de seu esposo e o devotamento aos afazeres domésticos.

A mulher começa a ter acesso à instrução primária com a Constituição de 1823, a qual tinha um currículo diferenciado das escolas masculinas. Bastava para a mulher aprender “[...] a ler, escrever, as quatro operações de aritmética e também as prendas que servem à economia doméstica [...]” (DEMARTINI; ANTUNES, 1993, p. 06).

Em 1830, cogita-se a criação das Escolas Normais, mas estas serão destinadas inicialmente ao sexo masculino. Com este fim, criam-se nas Províncias de Niterói (1835), Bahia (1836), Pará (1839), Ceará (1845), São Paulo (1846), Sergipe (1870) e Goiás (1882), e só aceitavam, inicialmente, alunos do sexo masculino, o que fez com que elas tivessem uma existência efêmera.

A sociedade reagia negativamente ao recrutamento da mulher, avaliando, inclusive as primeiras normalistas como pessoas de moral duvidosa, pois, “[...] as primeiras escolas normais eram destinadas às camadas pouco privilegiadas que, àquela época, ainda não viam na educação um mecanismo de ascensão social [...]” (NOVAIS, 1984, p. 21).

O lugar da mulher era no lar, onde aprendia com a mãe a ser boa mãe, esposa e dona de casa. Somente nos fins do século XIX, a Escola Normal passa a ser vista pela mulher como uma oportunidade de continuar os estudos, atraindo moças de famílias abastadas que procuravam apenas elevar o seu grau de educação escolarizada.

Durante muito tempo, o curso é ministrado em escolas diferentes para cada sexo, enquanto em outro momento, para ambos os sexos. Muitas famílias não permitiam

que suas filhas freqüentassem a escola pública, mesmo que esta apresentasse um sistema de vigilância e controle exercido pelos bedéis e diretores, “[...] reflexo da Pedagogia tradicional que defendia a disciplina como fator importante para a ocorrência da aprendizagem [...]” (LIBÂNEO, 1985, p. 34).

Em 15 de outubro de 1827, uma Lei Imperial prescrevia a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos, para todos os cidadãos (livres). A mulher adquiriu o direito legal à educação pública, através da criação de escolas de primeiras letras para meninas, que deveriam ser providas por professoras, surgindo assim as primeiras vagas no magistério primário público para as mulheres.

É neste cenário que surge a Escola Normal em Sergipe. Em 1877, é criada pelo então Presidente João Pereira de Araújo Pinto a Escola Normal para moças, que iniciou seu funcionamento no Asilo Nossa Senhora da Pureza, em Aracaju. Aí sediado o curso normal, que, além de poder oferecer uma profissão às jovens órfãs “que não se casavam”, oportunizava a ampliação de estudos para jovens não internas. A Escola Normal permitiu a ampliação da escolarização feminina para diversas gerações de jovens sergipanas.

A escola Normal criada no século XIX, como espaço de formação de professores homens, por falta de demanda de alunos do sexo masculino, abre-se aos poucos às mulheres órfãs e de honestidade reconhecida. Estas primeiras professoras perdem este espaço para as “moças da classe média”. Nesse sentido, o trabalho no magistério primário é caracterizado como inerente às qualidades femininas e socialmente indicado para as mulheres. Na maioria dos regulamentos destas instituições, para serem alunos(as) “as exigências recaíam muito mais nas condições morais dos indivíduos do que em sua própria formação intelectual”. (VILLELA, 2000, p.104-106).

A educação idealizada pelos intelectuais sergipanos na segunda metade do século XIX estava relacionada ao tipo de homem que a sociedade pretendia formar. Para tanto, a escola era o veículo através do qual eram transmitidos esses valores. A investigação da história da escola esteve envolvida com a “[...] reconstrução dos processos que geraram a progressiva institucionalização da escola como espaço nuclear de transmissão dos saberes nas diferentes sociedades [...]” (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 53). “Os professores eram orientados a instruir e/ ou moldar as crianças de modo que elas pudessem vir a ser homens úteis a si, a sua família e a pátria”².

De acordo com esse contexto, o presente estudo tenta resgatar a criação, os objetivos, as diretrizes norteadoras de funcionamento e as práticas cotidianas que caracterizavam a Escola Normal Sergipana, um dos principais redutos da Educação feminina em Sergipe. Assim, fará uma análise baseada na história de vida das ex-alunas da Escola Normal Sergipana, na qual se buscou compreender o processo de sua formação profissional, ingresso no exercício do magistério e sua ascensão social, elementos essenciais para o entendimento deste estudo.

Deste modo, recuperar a memória desta instituição que cumpriu um papel importante em nossa educação enseja um retorno a História da Educação em Sergipe, história esta que nos traz elementos para analisar o passado e através dele resgatar o cotidiano dessa tão importante Instituição de ensino.

² SERGIPE. Relatório em que o Exm^o. Senhor Primeiro vice-presidente Dr. Raymundo Bráulio Pires Lima abriu a sessão da 22^a Legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe no dia 3 de março de 1879. Aracaju: Typografia do Jornal de Sergipe, 1879, p. 21.

A Educação Feminina em Sergipe no Século XIX

Durante o período Imperial, o modelo pedagógico implantado trazia algumas diferenças daquele que marcou o período anterior. A política educacional do governo monárquico se preocupou com a criação de asilos de órfãos, instituiu casas de correção, espalhou por todo país a importância e o gosto pelas bibliotecas. O Ato Adicional de 1834, por sua vez, transferiu para as províncias a responsabilidade pela instrução primária, enquanto ficava a cargo do Governo Central a instrução secundária e superior. A disseminação das escolas normais foi também decorrente desse período, pois havia a necessidade de formar educadoras para dar sustentação à instrução primária, por isso, havia a necessidade de capacitar professoras para atender a demanda do ensino primário.

Foi aí que a mulher adquiriu o direito legal à educação pública. A partir de então, foram implantadas as cadeiras de primeiras letras para meninas que deveriam ser providas, preferencialmente, por professoras. Essa mesma lei previa ainda conteúdos curriculares diferenciados para meninos e meninas. Essa educação diferenciada decorria dos papéis definidos para cada sexo e dos preceitos católicos, muito influentes na sociedade brasileira. Conforme Louro (1997, p. 444), ler, escrever e contar, mais a doutrina cristã, consistiam nos primeiros ensinamentos para ambos os sexos. No entanto, destacava-se o ensino de geometria para os meninos e para as meninas bordados e costura numa demonstração clara que cabia à mulher o papel de dona de casa, mãe e educadora.

Almeida (2000, p. 132), esclarece que:

[...] o repúdio à co-educação dos sexos tinha cunho moral e religioso, despertando entre os segmentos conservadores um antagonismo que era usado como arma para combater as escolas estrangeiras de orientação protestantes, as quais viam as mulheres como as mais indicadas para educar e instruir de acordo com os ditames da fé e da moral.

Mesmo com a garantia legal de acesso ao ensino público, a educação feminina em Conventos, Colégios Religiosos, ou no ambiente restrito ao lar, com preceptoras, em geral estrangeiras, ou mesmo professores particulares, ainda se manteve por muito tempo. Essas possibilidades, no entanto, estavam restritas às jovens da elite sergipana. Do mesmo modo que em outras regiões do país, como indica Louro (1997, p. 446), nestes casos, além dos conteúdos indicados para as meninas, eram incluídas aulas de etiqueta, piano, francês e habilidades culinárias.

Por outro lado, como esclarece Nunes (1999, p. 47), as primeiras “escolas públicas” de primeiras letras abertas para meninas, em Sergipe, vão surgir em 1831, nas cidades de São Cristóvão, Estância, Laranjeiras e Propriá. Em 1834, funcionavam 29 escolas de primeiras letras, das quais 25 eram masculinas, e quatro femininas. No tocante ao ensino secundário, funcionavam, neste mesmo ano, 12 cadeiras públicas, que atendiam apenas aos alunos homens.

Com o Ato Adicional de 1834, o ensino foi legalmente descentralizado, cabendo às Províncias o direito e o dever de regulamentar e promover a educação primária e secundária, e a formação de professores. Muitas províncias, no entanto, por falta de recursos, não tiveram condições de organizar rapidamente seus sistemas de ensino.

No entanto, só nas últimas décadas do século XIX, serão inauguradas as Escolas Normais, como no caso de Sergipe (1870) e de Goiás (1882). A maioria dessas instituições só recebia alunos do sexo masculino, quando começaram a funcionar, e o acesso das alunas aconteceria de forma diferenciada em cada uma das províncias. “Em algumas delas eram criadas Escolas Normais femininas, como em Sergipe (1877) e em

Minas Gerais (1906), ou eram abertas vagas para as jovens nas escolas já existentes, como aconteceu em São Paulo” (1880) (FREITAS, 1995, p. 24).

O acesso à escolarização considerado uma conquista principalmente para as mulheres, pode ser compreendido também como distinção. Segundo Bourdieu³:

A escola não cumpre apenas a função de consagrar a ‘distinção’ – no sentido duplo do termo – das classes cultivadas. A cultura que ela transmite separa os que a recebem do restante da sociedade mediante um conjunto de diferenças sistemáticas: aqueles que possuem ‘como cultura’ [...] a cultura erudita veiculada pela escola dispõem de um sistema de categorias de percepção de linguagem, de pensamento e de apreciação, que os distingue daqueles que só tiveram acesso à aprendizagem veiculada pelas obrigações de um ofício ou a que lhes foi transmitida pelos contatos sociais com seus semelhantes. (1996, p. 27).

Assim, a aproximação com os conhecimentos tidos como legítimos e a convivência com a língua culta no cotidiano do universo familiar, “funcionariam como uma ponte entre o mundo familiar e a cultura escolar” além de que “propiciaria um melhor desempenho nos processos formais e informais de avaliação”, já que os comportamentos, estilo de falar e de escrever, exigidos pelo sistema escolar, só podem ser cumpridos por aqueles socializados conforme essas regras e valores, os culturalmente favorecidos.

Percebe-se que, a influência familiar, seja cultural ou econômica, é o centro da motivação que fizeram com que as mulheres se escolarizassem. As condições materiais os valores, a profissionalização, a garantia de emprego, foram aspectos elaborados pelas famílias para a saída das mulheres do âmbito doméstico para a escolarização, além da necessidade de professoras para lecionar nas escolas de primeiras letras.

Portanto, a possibilidade de realizar o curso Normal era, para as jovens sergipanas no final do século XIX e no início do século XX, uma das únicas oportunidades de continuarem estudando e se preparando para exercer uma atividade profissional fora do ambiente doméstico, uma vez que o magistério era socialmente aceito e entendido como prolongamento dos papéis femininos exercidos no lar.

Objetivos e Organização da Escola Normal

As primeiras tentativas de organizar o ensino secundário em Sergipe foram iniciadas durante o Império. Porém, só a partir de 1870, com a fundação do Atheneu Sergipense e da Escola Normal, foi regularizado o ensino secundário no Estado.

Só, em 1870, com a determinação da Regulamentação Orgânica da Instrução Pública⁴, assinada pelo então Presidente da província Francisco José Cardoso Júnior, movido por um pensamento reformista cria-se o Curso Normal Masculino.

Fica determinado em seu artigo 16º. Que a instrução pública secundária seria dada em estabelecimento público de línguas e ciências preparatórios, o qual se cria, em Aracaju, o Atheneu Sergipense.

³ Para Bourdieu: “[...] a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e das tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo.” (1996, p.27).

⁴ Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe de 24/10/1870. Coleção de leis e Resoluções da Assembléia Provincial de Sergipe, 1870, Aracaju.

Parágrafo único: em aulas avulsas nas cidades que mais a exigirem.

Artigo 17º. Os cursos oferecidos pelo Atheneu eram humanidades e o curso normal masculino.

Em 1874, o Presidente Passos de Miranda criou uma Escola Normal independente do Atheneu, destinada somente a rapazes. Entretanto, ainda assim a matrícula era muito restrita, uma vez que não havia muito estímulo para que o jovem se preparasse para o magistério. De acordo com Thétis Nunes (1999, p.128) “a baixa remuneração do magistério primário não motivava esses jovens, além do favoritismo político que podia transformar qualquer pessoa em professor”. Portanto, esta foi extinta em 1888 por falta de alunos.

O Presidente João Pereira de Araújo Pinto (1876, p. 44)⁵ ao defender a implantação da Escola Normal, demonstrou a necessidade dessa instituição funcionando em terras sergipanas ao afirmar que: “A Escola Normal é um viveiro de professores: ahi⁶ se transmite a instrução, se põe em prova a vocação do que se destina ao magistério [...] não compreendo bom ensino, boa escola, sem um bom professor”.

O currículo estabelecido pelo regulamento de 1877, para o curso Normal feminino que funcionava em anexo ao Asilo Nossa Senhora da Pureza estava disposto da seguinte forma:

- Gramática da Língua Portuguesa;
- Exercícios de Leitura e de Clássicos em prosa e verso;
- Redação e exercícios de caligrafia;
- Noções Gerais de Geografia;
- História do Brasil;
- Sistema Métrico decimal;
- Desenho Linear;
- Pedagogia;
- Aritmética;
- Religião.

Porém, em 1881-1882, o presidente da província, Herculano Inglês de Souza, implantou inovadoras reformas educacionais, surpreendendo a sociedade sergipana. Ele baixou um novo regulamento no qual projetou algumas transformações nos ensinamentos primários, secundário e normal. Este modificou o plano de classificação do ensino primário, correspondendo o título de 1ª classe às escolas da capital; de 2ª classe, às cidades; de 3ª classe, às das vilas e de 4ª classe, às dos povoados. Ao mesmo tempo, excluiu o ensino religioso e acrescentou novas disciplinas, ampliando o currículo primário.

No tocante ao ensino secundário, criou uma Escola Normal mista, como estava estabelecido no Art. 1º do Regulamento da Instrução Pública: “Haverá na capital uma Escola Normal destinada a habilitar indivíduos de ambos os sexos na teoria e prática do

⁵ Mensagem Presidencial de João Pereira de Araújo Pinto ao ser empossado como Presidente da Província de Sergipe. Aracaju: Typografia do Jornal de Aracaju, 1876, p. 44.

⁶ Mensagem Presidencial do presidente da Província João Pereira de Araújo Pinto, ao ser empossado como Presidente do Estado de Sergipe, ao defender a implantação da Escola Normal do Estado, em 24 de fevereiro de 1876. Aracaju: Typografia do Jornal de Aracaju, 1876, p. 44. Esta era a escrita oficial da época. Documento transcrito do original .

magistério primário”⁷. Assim, inaugurou-se em 16 de agosto de 1881 a Escola Normal mista com a direção do Prof. Tito Augusto.

O curso estava dividido em três anos e os alunos das escolas normais anteriores matriculavam-se com o aproveitamento dos créditos das provas já realizadas. Esse novo regulamento estabelecia que os normalistas aprovados em todas as disciplinas do curso deveriam, no prazo de trinta dias, apresentar uma dissertação sobre Pedagogia ou Metodologia que seria julgada pela Congregação e pelo professor de Pedagogia da mesma escola.

Por outro lado, a reforma da Instrução Pública estabelecida no ano de 1882, redefiniu a grade curricular para o curso normal masculino, diferenciando-a da que estava designada para o curso feminino. Os artigos 6º e 7º exemplificaram essas novas diretrizes instituídas pela Resolução de 30 de março desse ano⁸.

O artigo 6º estabelecia que: “O ensino de Pedagogia Prática será superintendido pelo professor de pedagogia da escola normal em duas aulas elementares anexas, sendo uma do sexo masculino e outra do sexo feminino [...]” e o artigo 7º da Legislação enfatizava que: “Os professores das aulas anexas, além de suas obrigações, ensinarão: a do sexo masculino, Desenho Linear e Caligrafia, aos normalistas; a do sexo feminino, Prendas Domésticas e Trabalhos de Agulhas, às normalistas [...]” “Mas, esses cursos ainda eram projetos que estavam para ser aprovados”⁹.

No entanto, em 1883 a grade curricular é modificada mais uma vez, cria-se o curso de Prendas Domésticas, ou seja:

- Gramática Nacional;
- Prendas Domésticas;
- Instrução Religiosa;
- Aritmética;
- Geografia;
- História;
- Pedagogia.

Apesar de existir no currículo, o ensino de Aritmética, só se tornou disciplina obrigatória para o curso Normal feminino a partir do Ato de 20 de fevereiro de 1886. Nesse mesmo ano pensava-se em incluir as disciplinas de Francês, Música e Desenho. Dessa maneira, foi aos poucos se constituindo o currículo que passaria a prevalecer durante muitos anos no Programa da Escola Normal.

A Escola Normal teve uma dupla função: formar efetivamente boas professoras e dar noções de cultura geral àquelas que iriam estudar até o casamento. Esse era o grande trunfo da escola para conseguir a legitimação perante a sociedade. Para as jovens, sua importância residia no fato de que poderiam dar continuidade aos seus estudos e, para algumas, independência econômica e social. A disseminação desse tipo de estabelecimento foi legitimada, segundo Azevedo (1964), a partir da descentralização do ensino.

⁷ Instrução Pública. In: Jornal de Sergipe, n. 80, Ano XVI. 21 de setembro de 1881, p. 2, col. 2.

⁸ SERGIPE. **Coleção de leis e Resoluções promulgadas pela Assembléia Provincial de Sergipe no ano de 1882**. Aracaju: Typografia do Jornal de Sergipe, 1882.

⁹ SERGIPE. **Coleção de leis e Resoluções promulgadas pela Assembléia Provincial de Sergipe no ano de 1882**. Aracaju: Typografia do Jornal de Sergipe, 1882.

Com essa perspectiva, a Escola Normal aracajuana, foi, durante muito tempo, um espaço feminino de formação. Nesse sentido, Novais (1984, p.19-21) ressalta alguma das funções deste tipo de instituição: “[...] em fins do século XIX, a Escola Normal cumpre funções de dar formação profissional, aumentar a instrução e formar boas mães e donas-de-casa, funções essas que sem maiores alterações persistem até a atualidade [...]”.

De qualquer forma até a década de 30, a Escola Normal gerida pelo Estado ou por instituições religiosas, mesmo com todas as limitações que continham, desempenhou papel relevante na formação profissional e na elevação cultural da mulher brasileira. O magistério entendido como um prolongamento das atividades maternas passa a ser vista como uma ocupação essencialmente feminina e, por conseguinte, a única profissão plenamente aceita pela sociedade para a mulher.

Na Escola Normal Sergipense, as disciplinas estudadas pelas normalistas até a década de 20 referem-se em sua maioria, à educação geral e não à formação docente propriamente dita. Nos cursos normais já existentes, e em cursos femininos específicos recém-criados, novas disciplinas foram incluídas nos currículos, tais como: puericultura, psicologia e economia doméstica. Representavam, ao mesmo tempo, a introdução de novos conceitos científicos (inspirados principalmente no positivismo e no liberalismo) justificado por velhas concepções relativas à essência do que se entendia como educação feminina.

O estudo do panorama do campo educacional em Aracaju, neste período, permite apreender aspectos sobre instituições, práticas e saberes que constituíam o projeto de educação para as mulheres neste Estado. No campo educacional participam das “disputas e do jogo” as instituições escolares, as associações culturais e profissionais relacionadas com a escolarização, alunos, pais, professores, diretores e autoridades educacionais. Entende-se campo educacional a partir da categoria campo na perspectiva apresentada por Bourdieu (1980, p. 89):

[...] o campo é um espaço estruturado de posições cujas propriedades dependem das posições neste espaço [...] para que ele funcione é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo [...] que conheçam e reconheçam as leis imanentes do jogo e dos objetos de disputa. [...]. A estrutura do campo é um estado de relação de forças entre os agentes ou as instituições engajadas na luta [...] tudo aquilo que constitui o próprio, campo, o jogo, os objetos de disputas, todos os pressupostos que são tacitamente aceitos.

As ex-normalistas e as práticas pedagógicas e avaliativas da Escola Normal

Nos depoimentos analisados, trabalhamos com representações, que, mesmo individuais, “exprimem uma situação de vida e uma posição social determinada”.

Nesta perspectiva, o estudo das representações das ex-normalistas acerca da formação profissional permite o conhecimento das situações – objetivas e/ou subjetivas – por elas vivenciadas, enquanto indivíduos representantes de uma coletividade.

Apesar das motivações diversas, estas jovens mulheres viveram, enquanto normalistas, a experiência de um curso normal numa mesma instituição. Partilharam valores, normas, regras e conteúdos no processo de formação.

Assim, através das representações das informantes, é possível conhecer aspectos do cotidiano da Escola Normal não registrados nos documentos oficiais. A importância desta análise é explicitada por Demartini (1993, p. 5):

Os estudos preocupados com a educação escolar no passado geralmente estão voltados para aspectos relacionados ao sistema educacional e sua expansão, e

muito poucos fazem referências aos sujeitos e agentes no processo educativo: quase nunca se procura estudar os problemas e os valores vivenciados pela população quanto a sua escolarização.

Assim, a formação profissional das ex-normalistas, neste estudo, é permeada por “sentimentos” e “reciprocidades”. Nesse sentido, apesar de cada informante ter vivido “o seu tempo” na instituição e experimentado vivências particulares, todas elas salientam o início nessa instituição, a convivência com professores e colegas.

Para ser admitido na Escola Normal não bastava apenas a habilitação nas matérias do curso primário. Exigia-se ainda uma declaração de boa conduta moral, ter uma idade mínima de 14 ou 15 anos, dependendo do sexo, ser vacinado e ter o consentimento dos pais ou tutor, caso os candidatos fossem menores de idade.

Flávia estudou na Escola Normal, participou desse teste para entrar na escola:

[...] a habilitação nas disciplinas era verificada através dos exames que se prestava na própria escola. Tratava-se de uma prova oral outra escrita, sendo estas julgadas por uma comissão formada por professores, diretor e algumas pessoas convidadas pela instituição. Era um verdadeiro martírio, ficávamos muito nervosas. (Informação verbal)¹⁰.

Por sua vez, o trabalho Pedagógico desenvolvido nessa escola pautava-se nas práticas pedagógicas tradicionais, em que se destacava a exposição e a atitude receptiva do aluno ante a autoridade do professor. Tais ações consubstanciavam-se na repetição e recapitulação dos exercícios. No depoimento de Alda Maria, têm-se que: “o professor de biologia era um excelente profissional. Quando entrava na sala de aula, a gente tinha de ficar de pé como sinal de respeito. As aulas eram expositivas onde a participação maior era do professor”.(informação verbal)¹¹.

A prática avaliativa concretizava-se através dos testes e arguições, com a finalidade de verificar o desempenho da aluna, bem como mantê-la sob controle. Segundo Maria Laura “Quanto à avaliação eram as tradicionais provas escritas e orais [...]” (informação verbal)¹².

Carla diz: “para favorecer esse controle, as cadeiras eram dispostas em filas na sala de aula, cada uma tinha um lugar definido; a mesa do professor situava-se no plano mais elevado, permitindo-lhe uma visão ampla da sala” (informação verbal)¹³ o que se assemelha aos dispositivos descritos por Foucault (1987, p.18). Este autor descreve “o nascimento dos dispositivos disciplinares utilizados pelas instituições da sociedade (exército, escolas, além de outras) para punir os indivíduos que cometem infrações ou transgridem as normas”.

Além de avaliar a aluna em termos de desempenho, também se atribuía notas à ordem, comportamento e boas maneiras. Em termos de ordem, “a gente tinha de trazer o caderno limpo e organizado, a roupa limpa, a carteira com os livros e material organizados” (Liliana). (informação verbal)¹⁴. Em relação ao comportamento, as alunas tinham de observar e acatar as normas do Colégio; boas maneiras consistiam na forma de relacionamento e situação das alunas com as colegas de classe.

¹⁰ Entrevista concedida em 05 de abril de 2007.

¹¹ Entrevista concedida em 06 de abril de 2007.

¹² Entrevista concedida em 10 de abril de 2007.

¹³ Entrevista concedida em 15 de maio de 2007.

¹⁴ Entrevista concedida em 15 de maio de 2007.

À aluna que ferisse as normas de boas maneiras, penalidades eram atribuídas de acordo com a natureza do desacato. O castigo mais forte era a possibilidade de chamar os pais para castigá-las, em casa, impedindo-as de sair para o lazer.

Como se vê, a prática pedagógica e avaliativa exercida nessa escola contribuiu para uma aprendizagem mecânica, baseada mais na memorização e formação do caráter das alunas, atendendo aos preceitos Educacionais da época, como também os interesses das classes dominantes que lhes confiavam à educação da mulher.

No entanto, apesar da disciplina e do controle constante das alunas através dos inspetores de ensino, dos professores e diretores, as ex-normalistas relatam as brincadeiras que faziam nas salas de aula, no porão da Escola, no pátio, ou mesmo no cinema para onde algumas iam escondidas. Nesses momentos de descontração, existia uma boa convivência entre as alunas, apesar de nem todas participarem das brincadeiras.

Carla diz: “[...] eu ia para o porão com a turma, era tudo limpinho, dava até para a gente sentar lá. Conversa vai, conversa vem e o tempo passava. Ficávamos ali para falar de tudo, dos namoricos, da escola dos professores, de nossas vidas e o que surgisse [...]”. (informação verbal)¹⁵.

A presença da inspetora e a vigilância do Diretor muitas vezes, quando éramos descobertas, transformavam-se em castigos. Carla não se esquece do castigo que tiveram que enfrentar quando foram descobertas no porão. Tiveram que escrever 50 vezes a palavra: “[...] não vou mais fugir para o porão” (informação verbal)¹⁶.

A independência, a criatividade, as estratégias, a coragem e a participação nas brincadeiras, dramatizações, além das fugas para o porão da Escola marcam as representações das informantes. Todas essas atividades fazem parte da trajetória informal da Escola Normal Sergipana.

Por outro lado, observou-se que nem todas as normalistas formadas pela Escola Normal se dirigiam para o magistério. Muitas colegas destas informantes casaram-se logo depois de formadas e não exerceram a profissão. Outras se tornaram enfermeiras, e algumas deixaram de lecionar para trabalhar em diversos setores como funcionárias públicas.

Observa-se também que todas as informantes deste estudo foram professoras primárias apenas no ingresso do magistério, visto que através dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e graduação, lecionaram em escolas de outros graus de ensino.

Desta forma, pode-se perceber que as informantes buscavam, através do curso normal, independência econômica e social, pois o magistério significava a possibilidade de atingir uma relativa autonomia através da realização de uma profissão socialmente aceita.

Considerações Finais

Ao se analisar a História da instrução educacional sergipana, tomando como foco principal à instrução ministrada na Escola Normal, percebe-se que, apesar do projeto inicial da instalação dessa escola, em Sergipe, na metade do século XIX, ter como público alvo os estudantes do sexo masculino, essa escola transformou-se em um espaço próprio para a formação feminina. A dedicação do Presidente da província, João Pereira de Araújo

¹⁵ Entrevista concedida em 10 de junho de 2007.

¹⁶ Entrevista concedida em 10 de junho de 2007.

Pinto concorreram para a criação de uma Escola Normal feminina, já que os discursos políticos engendraram a idéia de que a mulher estaria mais habilitada para exercer o magistério e assim, precisavam ser instruídas. Era evidente, no final do século XIX, a presença feminina na história das instituições escolares participando quer como docente ou discente, em escolas particulares ou públicas.

A Escola Normal que tinha por finalidade formar professores para ministrar o ensino primário do Estado, apresentava-se como uma das poucas possibilidades de instrução para as jovens sergipanas além de garantia da formação necessária para o exercício do magistério, pois, esta era considerada uma profissão só para mulheres. A procura pela Escola Normal está, ao mesmo tempo, permeada pela busca de independência social e econômica através da possibilidade de profissionalização socialmente aceita para as mulheres.

Foi possível perceber através das representações das ex-normalistas que o processo de ingresso na Escola Normal lhes atribuiu *status*. O conhecimento, o rigor na seleção, as distingue do conjunto das jovens sergipanas que pretendem continuar sua escolarização.

Esta escola privilegiou a cultura geral na formação das normalistas nas primeiras décadas do século XX. No final do período, porém, o eixo da formação deslocou-se para parte específica, com um maior número de disciplinas relacionadas ao estudo da criança e a ênfase na parte profissional.

O processo de avaliação, os métodos decorativos e a memorização dos conteúdos não sofreram variação, mesmo quando associados aos métodos ativos.

As representações que as ex-normalistas elaboraram sobre seus professores os qualificaram como cultos, competentes e portadores de erudição. Mesmo quando rigorosos e exigentes, os professores eram admirados.

Na convivência com as colegas, as ex-normalistas evidenciaram práticas de resistência contra a disciplina e a autoridade dos professores, inspetores e diretores. Através das brincadeiras e das fugas da sala de aula e da Escola, as ex-normalistas construíram experiências de solidariedade e cumplicidade enquanto vivenciavam a transgressão da norma.

Foi possível também, apreender neste estudo, que a formação “própria para o sexo” indicada para as meninas e jovens sergipanas desta escola, no meado do século XIX, envolvia um processo rico de associação entre escolarização e desenvolvimento de habilidades diversas. Preparando-as para cumprir os papéis tradicionais, como boas donas de casa e mães exemplares. Os conhecimentos e competências adquiridas também permitiram certo grau de emancipação para as alunas desta escola. A preparação para o magistério, profissão socialmente indicada para as mulheres, neste período, o domínio de técnicas sofisticadas de trabalhos manuais lhes possibilitaram ministrar cursos particulares ou desenvolver prendas para a comercialização.

As festas escolares noticiadas pela imprensa garantiam visibilidade às alunas e a seus aprendizados, principalmente aos relacionados à música, canto, declamação, domínio de línguas estrangeiras e trabalhos manuais refinados. Algumas alunas destas instituições acabavam assumindo, após o curso, atividades docentes no mesmo estabelecimento que estudaram ou procuravam as escolas públicas para o ensino secundário, no qual deveriam ser aprovadas em um exame rigoroso de admissão na Escola Normal ou no Colégio Atheneu.

Mesmo recebendo o que era considerado socialmente como “a educação própria para o seu sexo”, através dos estudos literários e de línguas estrangeiras, da apreensão dos rudimentos da matemática e das ciências, do desenvolvimento de

habilidades manuais e musicais, muitas destas jovens ampliaram seus horizontes de atuação para além do espaço doméstico.

O início da trajetória profissional das informantes está relacionado ao capital social e político de suas famílias. Eram três as possibilidades principais de ingresso no magistério, em Aracaju: a ida para o interior, iniciando a carreira em escolas de primeira estância; a espera de uma vaga na capital (enquanto aguardavam esta possibilidade, as ex-normalistas realizavam cursos e/ou trabalhos em outras atividades); ou a nomeação como presente de formatura.

Todas as ex-normalistas apesar das diferentes trajetórias vivenciadas no ingresso profissional buscaram ascender na carreira e deixar o trabalho como professoras primárias, passando a lecionar nas Faculdades do Estado, através de cursos de especialização, aperfeiçoamento e graduação.

Desta forma, as ex-alunas da Escola Normal, conseguiram assumir cargos de direção, coordenação e orientação, mesmo que, na maioria das vezes, não abandonassem o trabalho como docentes. Passaram a lecionar nos cursos ginásial, normal, técnico, industrial, comercial e superior.

Assim, essa instituição procurava orientar as futuras professoras primárias de modo que elas fossem um modelo para seus alunos. A formação da normalista esteve ligada à preocupação de que elas fossem civilizadoras, ou seja, transmitissem às crianças as regras e valores sociais vigentes. Para tal engenho, a partir do início do século XX, foram inseridos no programa curricular das normalistas, através da influência da Pedagogia Moderna, os novos conceitos científicos de Psicologia e Metodologia, engrandecendo os conhecimentos necessários para habilitar, tanto teoricamente como na prática, as alunas da Escola Normal à carreira do Magistério Primário.

Além disso, partindo dessa premissa, foi possível perceber que esta escola foi de fundamental importância para a formação da mulher aracajuana, pois significou uma oportunidade de ascensão do ambiente doméstico para a independência econômica e social que se vislumbrava com essa profissão.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares. As propostas acerca da co-educação dos sexos nos finais do século XIX: ambigüidades de ordem moral e religiosa. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 2000, Rio de Janeiro. **Programas e Resumos de trabalhos**. Rio de Janeiro, 2000, p. 132.

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Campinas: Papius, 1996. p. 27.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: _____. **Questões de Sociologia**. São Paulo: Marco Zero, 1980. p. 89.

DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério Primário: profissão feminina carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 86, p. 05–14, ago. 1993.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 18.

FREITAS, Gonçalves Bueno de. **Vestidas de Azul e Branco**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da educação/NPGED, 1995. p. 24.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985. p. 34.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: PD&A, 2001. p. 53.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto. 1997. p. 444-446.

NOVAIS, Maria Eliana. **Professora primária**: mestra ou tia. São Paulo: Cortez, 1984. p. 19-21.

NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. p.47- 128.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, Eliane M. Teixeira (Org.). **500 anos de Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 26.

VILLELA, Heloísa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane M. Teixeira (Org.). **500 anos de Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 104-106.